



7 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 4 de setembro de 2022

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na sexta-feira	Euro Comercial, venda na sexta-feira	Capital de giro Na sexta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,42% São Paulo	110.431	R\$ 1.212	R\$ 5,185 (- 1,02%)	R\$ 5,161	6,76%	13,68%	Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68
1,07% Nova York	30/8 31/8 1º/9 2/9						

FUNCIONALISMO

Há 53 projetos de lei no Congresso que visam regulamentar salários e jornada de trabalho de nove profissões da área de saúde. Levantamento mostra que impacto pode chegar a R\$ 36 bilhões em custos ao setor já no primeiro ano

Categorias em busca do piso salarial

» MICHELLE PORTELA

Enquanto enfermeiros de todo o país aguardam a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para saber se receberão o piso salarial da categoria, outros grupos de profissionais mantêm intensa mobilização nos corredores do Congresso Nacional para garantir os mesmos direitos. Atualmente, há 53 projetos de lei que visam regulamentar salários e jornada de trabalho de nove profissões da área de saúde. Entidades alertam, contudo, que medidas podem acarretar em novas jornadas judiciais, uma vez que tais conquistas impactam o orçamento tanto do setor privado quanto do público.

Levantamentos da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) e da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) apontam que os projetos de lei em tramitação para fixar piso salarial e jornadas de trabalho de empregados da saúde na Câmara dos Deputados e no Senado podem causar impacto de R\$ 36 bilhões em custos ao setor já no primeiro ano, e assim consecutivamente.

O cálculo já abrange o piso da enfermagem, que motivou uma série de mobilizações nacionais sobre o tema. No último 10 de agosto, a CNSaúde e outras sete entidades, entre elas a Federação Brasileira de Hospitais (FBH), pediram a suspensão da Lei nº 14.314/2022, que estabelece o piso de enfermeiros em R\$ 4.750; 75% desse valor para técnicos de enfermagem e 50% para auxiliares de enfermagem e parterais.

As manifestações das partes na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7222 foram concluídas, ao menos de forma preliminar, nesta semana, e a decisão é aguardada pelas partes interessadas. Atualmente, mais de 10 entidades de classe se manifestaram em defesa do piso. A principal crítica é quanto ao fato de a lei não apontar uma fonte de recursos pagadoras, especialmente, para os hospitais que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) e os filantrópicos, que cobrem despesas também com doações.

Exemplo dessa situação são as decisões judiciais obtidas pelas Santas Casas de Misericórdia de Belo Horizonte (MG) e de São José dos Campos (SP), pelas quais os hospitais filantrópicos garantiram o contingenciamento de recursos suficientes para pagar o piso, a partir de bloqueios no Fundo Nacional de Saúde e, de forma sucessiva, em contas de fundos de saúde estaduais e municipais.

A CNSaúde avalia que os novos pisos salariais provocariam uma avalanche de mobilizações, uma vez que o impacto orçamentário seria impraticável e insustentável por razão similar à disputa com os enfermeiros.

Depois do PL que beneficia os enfermeiros, o projeto mais próximo de virar lei é aquele que sanciona o piso salarial de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, aprovada na Comissão de Assuntos

Silvio Avila/AFP



CNSaúde e outras sete entidades pediram a suspensão da Lei nº 14.314/2022, que estabelece o piso de enfermeiros em R\$ 4.750



A questão do piso salarial para as profissões da saúde é que podem encarecer muito o sistema. No caso do piso da enfermagem, observou-se um aumento da demissão tanto de técnicos quanto de auxiliares e enfermeiros."

Eduardo Trindade, médico e ex-presidente do CRM-RS

Piso almejado pelas categorias

Confira, a seguir, as propostas de pisos salariais de nove profissões da saúde que buscam aprovação no Congresso:

- » Farmacêutico: R\$ 6.500,00
- » Técnico de radiologia: R\$ 10.513,00
- » Médico/cirurgião dentista: R\$ 10.991,19
- » Médico-residente: R\$ 11.865,60
- » Técnico em saúde bucal: em debate
- » Assistente social: R\$ 3.720,00
- » Nutricionista: R\$ 4.650,00
- » Psicólogo: R\$ 3.600,00
- » Fisioterapeuta e terapeuta ocupacionais: R\$ 4.800,00

Econômicos (CAE) do Senado, na terça-feira passada, em caráter terminativo na Casa, e que seguirá para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação em plenário.

O PL nº 1.731/2021 fixa o piso salarial de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais em R\$ 4,8 mil, com jornada de 30 horas semanais. De autoria do senador Angelo Coronel (PSD-BA), o projeto de lei recebeu parecer favorável do relator, o senador Romário (PL-RJ). "No Brasil, há cerca de 350 mil profissionais habilitados que serão beneficiados com essa medida", destacou o parlamentar ao defender a matéria durante a audiência da CAE.

Folha de pagamento

A questão preocupa entidades do setor. Se aprovados, os projetos terão impactos na estrutura. O valor da bolsa de estudos de um médico residente que substitui o salário, por exemplo, passaria de R\$ 3.330,43 para R\$ 11.865,60, equiparado à bolsa de estudos do Projeto Mais Médicos para o Brasil. Com isso, causaria impacto de R\$ 13 bilhões por ano.

Eduardo Trindade, médico e ex-presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul, diz que o problema está mesmo na folha de pagamento, cuja movimentação implica tanto na garantia quanto na qualidade do atendimento à população.

"A questão do piso salarial para as profissões da saúde é

que podem encarecer muito o sistema. No caso do piso da enfermagem, observou-se um aumento da demissão tanto de técnicos quanto de auxiliares de enfermagem e enfermeiros. Muitas instituições acabam reduzindo os seus quadros de profissionais devido aos novos valores", avalia o gestor.

Também preocupa o fato de a normatização das carreiras não acompanharem outros temas que prejudicam o desempenho dos profissionais, e que esses avanços esbarrem em problemas comuns. "Apesar de ocorrerem abusos, inclusive concursos públicos com salários aviltantes, inclusive para médico, se ocorrer a aprovação de planos de carreira para outras profissões pode ocorrer uma redução dos postos de trabalho e, consequentemente, uma maior dificuldade de acesso dos pacientes a esses profissionais", conta.

Por isso mesmo, novos embates judiciais já são aguardados caso os novos pisos passem a vigorar, lembrando que, embora o governo e o Sistema Único de Saúde (SUS) sejam as maiores fontes de recursos, não são as únicas. "Provável que haja maior judicialização do tema, tanto na tentativa de barrar a lei que estabeleceu o piso quanto na tabela de remuneração do SUS que está congelada (e com valores irrisórios) há muitos anos. Em termos gerais, vale lembrar que fonte de financiamento não é apenas o governo", disse, referindo-se a clínicas particulares e planos de saúde.

EDIÇÃO Nº 862 | ANO 47

Boletim informativo das Organizações PaulOctavio

4 DE SETEMBRO DE 2022 | BRASÍLIA/DF

Fotos: Getúlio Romão

HOMENAGEM

CRECI-DF CELEBRA OS 60 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE CORRETOR

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 8ª Região (Creci-DF) organizou uma comemoração para celebrar os 60 anos de regulamentação da profissão no Brasil. A sessão especial Jubileu de Diamante foi realizada na Churrascaria Nativas Grill, homenageando profissionais pelo trabalho, desempenho e conquistas, além de diversas autoridades.

Entre os homenageados estavam ex-presidentes do Creci-DF, como João Balduino Magalhães, Luiz Carlos Atiê e Geraldo Francisco do Nascimento e corretores com mais tempo de contribuição, entre eles Getúlio Romão Campos, que já tem 53 anos de filiação à entidade.

Também foram lembrados nomes como Virgílio Reis Sarmento, do Cartório JK; Allan Guerra, presidente da Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal (Anoreg); Ovídio Maia, presidente do Sindicato da Habitação do Distrito Federal (Secovi/DF); Antônio Bispo, presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis (Sindimóveis); e o **empresário Paulo Octávio**, associado do Creci-DF há 50 anos, por ser um dos maiores geradores de postos de trabalho no segmento imobiliário.

www.paulooctavio.com.br